Procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Código da Oferta na BEP - OE202205/0723

Ref. 23/2021 – Área de Construção e Manutenção de Vias Municipais da Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais

A Prova de Conhecimentos será escrita, realizar-se-á individualmente, com uma duração de 100 minutos, com tolerância de 20 minutos.
Será composta por:

- Grupo I – 6 questões de escolha múltipla (1 valor cada)
- Grupo II – 12 questões de resposta direta (valoradas a 0,5 valores cada)
- Grupo III – 3 questões de desenvolvimento (2 valoradas a 2 valores cada e 1 valorada a 4 valores)

Bibliografia e legislação necessárias à preparação dos temas de suporte:

- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação (do artigo 40.º ao 76.º e do artigo 108.º ao artigo 143.º);
- Código do procedimento administrativo (CPA) – Decreto-Lei n.º 4/2014, de 7 de janeiro, na sua atual redação (do artigo 3.º ao artigo 19.º e do artigo 121.º ao artigo 125.º);
- Regime Jurídico das autarquias Locais – Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação (do artigo 1.º ao 6.º e do artigo 23.º ao artigo 62.º);
- Estrutura Nuclear e Estrutura Flexível da Câmara Municipal de Torres Vedras, publicada na 2.ª série do Diário da República n.º 206, de 25 de outubro de 2017;
- Regime do Sistema Nacional de Informação Geográfica – Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, na sua atual redação;
- Sistema de informação cadastral simplificada – Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto;

- Regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção – Decreto-Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, na sua atual redação;
- Conteúdo obrigatório do programa e do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projetos de obras», e a classificação de obras por categorias, aprovado pela Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho;
- Regime jurídico da urbanização e edificação – Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual;
- Regulamento municipal da urbanização e edificação do Concelho de Torres Vedras, disponível na página eletrónica do Município de Torres Vedras, em www.cm-tvedras.pt;
- Condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, na sua atual redação;
- Aprova o regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto - Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro;
- Regulamento Municipal de espaços verdes da Camara Municipal de Torres Vedras, disponível na página eletrónica do Município de Torres Vedras, em www.cm-tvedras.pt;
- Smart Cities: Cidades Inteligentes em Portugal e o contributo dos Sistemas de Informação Geográfica para o seu desenvolvimento, em https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=131727;
- Smart Cities: As cidades de hoje e os desafios de amanhã, em https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/9526/1/DIOGO%20ALEXANDRE%20SANTOS%20JURZE_21405741.pdf.

Durante a realização da prova de conhecimentos é permitida apenas a consulta da legislação, sem anotações, devendo os/as candidatos/as interessados/as em fazer uso desta faculdade trazer cópia da mesma.